

Líder da CUT propõe a extinção do Senado

por Milton Wells
de Porto Alegre

A implantação de um congresso unicameral, com a extinção do Senado, é uma das preocupações do sindicalista Paulo Renato Paim do PT/RS, eleito deputado constituinte em 15 de novembro com 49.985 votos. Secretário geral da Central Unica dos Trabalhadores (CUT) desde 1983 e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico de Canoas (RS) há cinco anos, ele acha que a Câmara Alta é responsável por sucessivas derrotas do movimento sindical brasileiro, incluindo temas como as 40 horas semanais, estabilidade no emprego e autonomia sindical. "Por sua constituição eminentemente elitista, com representantes confessos do latifúndio, do empresariado e dos banqueiros, o Senado é o sumidouro das propostas de avanço social no País", afirma. "Questões importantes para a classe trabalhadora têm sido sistematicamente engavetadas no Senado, após aprovação na Câmara dos Deputados."

Paim diz que a eliminação dos senadores seria o pressuposto básico do restabelecimento do Poder do Legislativo. Com isso o Congresso alcançaria maior sintonia com a opinião pública, além de tornar-se mais suscetível às pressões populares. "Vamos mobilizar-nos em favor desta tese, já contamos com apoio de vários parlamentares eleitos pelo PMDB e mesmo do PCB,

do PC do B e do PDT", assinala.

Gaúcho, 36 anos, Paim cursou até o terceiro ano ginasial, tendo-se formado como matriseiro modelista no Serviço Nacional da Indústria (Senai). Licenciado da Forjasul, onde trabalhava há vários anos, frequentou as atividades políticas de partidos como o extinto MDB, depois PMDB, e PDT, sem nunca se ter filiado a nenhum deles. No ano passado, a um dia do prazo fatal, resolveu filiar-se ao PT, para concorrer à Assembléia Constituinte.

Paim é de opinião de que os constituintes eleitos devem defender uma Constituição detalhista, com o maior número de questões possíveis como forma de permitir um avanço social no País. Para ele, apesar do Congresso Constituinte representar a perspectiva de uma Constituição conservadora, há uma alternativa capaz de restabelecer um caminho que julga mais democrático. Assim que concluírem a nova Constituição, os constituintes votariam a autodissolução da Assembléia — o Congresso continuaria com sua função ordinária — convocando eleições diretas para Câmara Federal e para a Presidência da República (ele desconsidera o Senado), em 15 de novembro de 1988. "Com esta opção restabeleceríamos um princípio de exclusividade à Constituinte e teríamos um país novo, em março de 1989, com deputados federais e presidente da República eleitos pelo povo", sustenta Paim.